N.º 26 6 de fevereiro de 2024 Pág. 227

## AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA — IGCP, E. P. E.

## Instrução n.º 1/2024

Sumário: Montantes a cobrar aos interessados pelos procedimentos administrativos de dívida pública no segmento de retalho.

Montantes a cobrar aos interessados pelos procedimentos administrativos conexos com a emissão, subscrição, transmissão e reembolso de valores representativos de dívida pública no segmento de retalho

Ao abrigo da alínea *j*) do Artigo 12.º dos Estatutos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E. (IGCP, E. P. E.), aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 56/2012, de 1 de outubro, o Conselho de Administração do IGCP, E. P. E. aprovou a seguinte Instrução:

- 1 Os montantes a cobrar pelo IGCP, E. P. E. pela realização de atos e formalidades administrativas em conexão com a emissão, subscrição, transmissão e reembolso de instrumentos de dívida pública de retalho são os seguintes:
- a) Tratamento documental de processos de habilitação de herdeiros, calculado sobre o valor da carteira do aforrista à data do óbito:
  - i) Valor da carteira inferior ou igual a 500 EUR isento;
  - ii) Valor da carteira superior a 500 EUR 0,5 % sobre esse valor, com um máximo de 300 EUR;
- *b*) Verificação e restituição de documentos originais para instrução de processos a solicitação dos interessados, via postal 50 EUR;
- c) Resposta a pedido de certidão, declaração ou extratos com data passada a solicitação dos interessados 15 EUR;
- *d*) Entrega de cópias de documentos pesquisados em arquivo físico ou informático 15 EUR, por documento;
  - e) Atos realizados no atendimento presencial:
  - i) Fotocópia de documentos 1 EUR, por documento:
  - ii) Impressão de documentos a solicitação do interessado 5 EUR, por documento;
- 2 É revogada a Instrução n.º 1/2018, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 26 de abril de 2018.
  - 3 A presente instrução entra em vigor no 1.º dia útil subsequente à sua publicação.
  - 24 de janeiro de 2024. A Vogal do Conselho de Administração, *Rita Granger*.

317287923